

Fafen's



AGÊNCIA PETROBRAS

PERIGO À VISTA PARA AS FAFEN's

Petrobras coloca Fafen-BA em hibernação

*IMPRESSÃO SINDIPETRO-BA

Após 47 anos de operação, a Unidade de Ureia da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia é parada pela equipe de operação. Às 14h11 do dia 04 de janeiro, caiu o último grão de ureia, que começou a ser fabricada no Brasil no dia 14 de outubro de 1971.

A alegação da Petrobras é que necessita formar um estoque de hibernação de 21.500 toneladas de amônia. Como a planta de amônia opera a baixa capacidade (63%) e a planta de ureia absorve toda a produção de amônia, não é possível formar estoque excedente até o dia de janeiro deste ano, data prevista para parada total da fábrica e início do fornecimento temporário aos clientes de amônia. Com isso, segundo a Petrobras, não restou

outra solução a não ser antecipar a hibernação da planta de ureia.

O fato é que a iniciativa de hibernar é justamente o que está trazendo prejuízo às fábricas, já que a Petrobras não quer investir na troca de catalisador saturado em Camaçari-BA, nem nas bombas de Laranjeiras-SE. Sem manutenção, as plantas não produzem, gerando prejuízo.

Não se sabe se a Planta de Ureia ainda voltará a operar algum dia, mas o passo dado pela Petrobras pode marcar o início de um período preocupante, não só para a força de trabalho das FAFEN's, mas para toda cadeia produtiva da região, além de comprometer a soberania nacional e a segurança alimentar do povo brasileiro, como tem denunciado o Sindipetro-BA.

CURTAS

Pesquisa

Pesquisa realizada pelo instituto Datafolha divulgada no sábado, 5, mostra que a maioria da população brasileira rejeita as privatizações de empresas estatais e a retirada de direitos trabalhistas, duas das principais bandeiras neoliberais. Respectivamente, 60% e 57% das pessoas ouvidas pelo instituto afirmaram discordar de ambas as práticas.

Marielle

No dia 8 de janeiro completaram 300 dias que Marielle Franco, então vereadora do Rio de Janeiro (PSOL), e a Anderson Gomes foram brutalmente assassinados. Os movimentos sociais clamam pelo avanço e conclusão das investigações. A impunidade dos assassinos de Marielle vitimiza todas e todos que lutam por justiça e é reflexo de vivermos em um Estado genocida que mata mulheres, negros e pobres

Justiça do trabalho

Em nota pública divulgada no domingo, 6, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, entidade que reúne 40 mil juizes e promotores de todo o país, manifestou repúdio à sinalização do presidente Jair Bolsonaro sobre extinção da Justiça do Trabalho. Diz a nota: "A Justiça do Trabalho não deve ser 'medida' pelo que arrecada ou distribui, mas pela pacificação social que tem promovido ao longo de mais de setenta anos".

Cesta básica

Em 2018, o valor da cesta básica aumentou nas 18 capitais do país onde o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) realizou mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As altas mais expressivas, entre dezembro de 2017 e 2018, foram registradas em Campo Grande (15,46%) e Brasília (14,76%). A cesta do Rio de Janeiro custou R\$ 466,75 em dezembro de 2018

NORMANDO

Não defendo a Justiça do Trabalho

NORMANDO RODRIGUES*

Ideologia é a palavra-chave do momento. Tanto que a ditadura Nacional-Bocialista a usa 459 vezes por dia, na ânsia de afirmar sua própria ideologia ultraliberal e burrística, segundo a qual o planeta Terra é plano, e é o centro do Universo.

Ultraliberalismo e neoliberalismo são derivações da ideologia liberal que inovam na política de modo a fazer Rousseau e seus amiguinhos iluministas perderem cabeças: a Economia não pode ser subordinada à Soberania Popular. Ou seja, seu voto não vale, se você pretender controlar o "Livro Mercado".

O problema é que a história da humanidade, e em especial a história do capitalismo, demonstram que o chamado "Livro Mercado" nunca existiu. E a experiência prática da economia monopolista, inclusive nos EUA, ensina que direitos fundamentais só existem para todos quando afirmados pelo Estado.

LIVRE MERCADO DE ESCRAVOS

Não existe ramo da atividade humana onde a necessidade de regulação por normas públicas seja maior do que nas relações de trabalho. O Direito do Trabalho – sob ululante ataque das hordas bárbaras desde sempre, mas em acentuado processo de destruição a partir do Golpe de Estado de 2016 – é a expressão subjetiva dessa necessidade.

Subjetivo como qualquer norma, pois todas imprescindem da

aplicação prática, para que deixem a bidimensionalidade dos monitores de leitura, e se tornem reais.

Para dar concretude ao Direito do Trabalho, torná-lo real e presente nas vidas humanas, criou-se a Justiça do Trabalho, que o Grande Líder Nacional-Bocialista pretende extinguir. E aqui indagamos: fará falta?

SERVIDORES DE SI PRÓPRIOS

Iniciei com ideologia porque minha geração testemunhou uma notável transição ideológica no pensamento dos juizes do trabalho. A partir dos anos de 1990 parcela predominante desse corpo de magistrados aderiu à ideologia neoliberal, combinando-a com a tradição politicamente repressora da CLT, e com atávico autoritarismo brasileiro.

Se sob Vargas a CLT foi desenhada para reprimir politicamente a organização dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que afirmava direitos individuais, até como forma de legitimar a intervenção repressora, os juizes neoliberais mantiveram-se fiéis à castração dos sindicatos, mas inovaram com a redução da proteção.

O resultado é a vil combinação do "pior de dois mundos": além de jogado aos leões do "Livro Mercado", o trabalhador não pode se organizar livremente, para reagir.

Interessa à classe trabalhadora defender este estado de coisas?

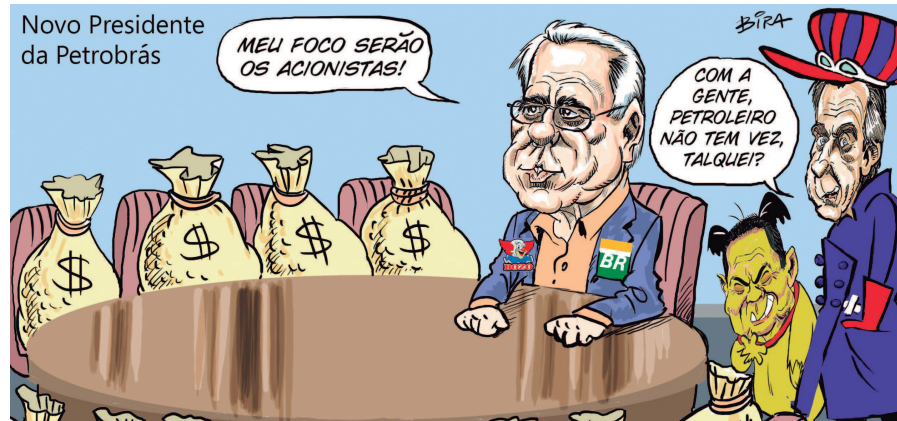
* ASSESSOR JURÍDICO DO SINDIPETRO-NF E DA FUP. NORMANDO@NORMANDOSJAVIER.COM

NASCENTE

Jornal do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense - Sindipetro-NF



Quarta-feira, 10 de janeiro de 2019 - Nº 1073 - Edição concluída às 17h de 09/01/2019



Insegurança

Vazamento atinge Bacia de Campos

página 3

Resolução 23

O que vem por aí na AMS com a resolução 23

página 3

Petrobrás

ACIONISTAS SÃO FOCO DA NOVA GESTÃO

Presidente não cita em nenhum momento de seu discurso de posse a palavra trabalhadores ou empregados, dando a real dimensão para quem irá gerir a maior empresa do país

editorial e página 3

www.sindipetronf.org.br
www.radionf.org.br

f /sindipetronf

wa (22)988376935

tw @sindipetronf

ig sindipetronf

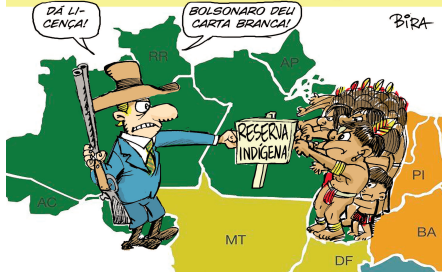
Mais na Rádio NF

Valorize a sua rádio

A Rádio NF produz diariamente conteúdo de qualidade para a categoria petroleira e demais interessados nos movimentos sociais. Acesse, divulgue o trabalho da sua imprensa sindical e ajude a enfrentar o discurso único da mídia comercial.

www.radionf.org.br

Madeiros armados invadem terra indígena no Pará



Mais no site

Conheça o novo site

O novo site do Sindipetro-NF melhorou a navegação e a interação com as redes sociais. Também está mais amigável para dispositivos móveis e com maior visibilidade para notícias e acesso à Rádio NF. Mantenha-se informado e em interação com o seu sindicato.

www.sindipetronf.org.br

EDITORIAL

ESPAÇO ABERTO

Em benefício da concorrência

O novo presidente da Petrobrás, Castello Branco, em seu discurso de posse mostrou claramente para o que veio, a entrega da maior empresa brasileira de petróleo ao mercado. Para ele "monopólios são inadmissíveis numa sociedade livre", esquecendo que a Petrobrás não detém o monopólio do mercado desde 1995.

Ao se referir a governos anteriores, Castello Branco disse que "o populismo asfixiou o empreendedorismo e a inovação. O investimento e a produtividade foram reprimidos", esquecendo que nos governos eleitos anteriormente a Petrobrás foi a grande mola propulsora da economia brasileira, gerando empregos não só na cadeia de óleo e gás, como no setor naval. Incentivando inclusive a indústria brasileira, quando obrigava a aquisição de bens e consumos no Brasil, através do Conteúdo Local. Isso nada mais é do que incentivar o crescimento do país e não o que o novo presidente pretende que é

entregar nossa indústria ao mercado internacional. Com esse propósito nomeou em sua diretoria asseclas neoliberais e com visão privatista. Um deles veio da iniciativa privada, outro, vendeu vendeu mais de R\$ 19 bilhões em ativos da empresa, incluindo muitos campos e blocos exploratórios extremamente rentáveis. Tudo para dar lucro aos acionistas! Como dito em notícia publicada no dia 7 de janeiro no site do Sindicato, o movimento sindical petroleiro, não irá aceitar passivamente a destruição da Petrobrás e a entrega de nossas riquezas naturais ao mercado. Essas nomeações não representam o pensamento da maioria da categoria que defende a Petrobrás como uma empresa pública, que deve garantir uma atuação ampla do poço ao poste. Estaremos no Congresso em Brasília com a Brigada Petroleira, nas ruas e discutindo com a categoria em defesa de um patrimônio que é do povo brasileiro.

Retrocesso marca novo governo

VAGNER FREITAS*

Ao transferir as atribuições do registro sindical para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, pasta criada para o ex-juiz Sérgio Moro, os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros enfrentam mais um retrocesso, que remonta os anos 1930. Com essa medida já oficializada, o País volta ao passado, ao período anterior à promulgação da CLT, em 1931, quando as questões sociais e trabalhistas eram tratadas pelo governo federal como "caso" de polícia e não como um direito da classe trabalhadora de se organizar livre e democraticamente.

É um retrocesso que vem na esteira da absurda e desrespeitosa extinção do Ministério do Trabalho. O fim da pasta impõe aos trabalhadores e trabalhadoras a perda de um instrumento

histórico de interlocução e de debate de políticas públicas dentro do Executivo Federal.

Os pronunciamentos à mídia do presidente recém-empossado apontam para mais retrocessos, como a extinção da Justiça do Trabalho (não explicada nem detalhada), porque Bolsonaro diz achar que "no Brasil há excesso de proteção ao trabalhador e que o trabalhador" e "a mão de obra no Brasil é muito cara" e que isso deve ser mudado por prejudicial o empregador".

Mas se os trabalhadores e as trabalhadoras não estão na agenda do novo ocupante do Palácio do Planalto, saibam que a classe trabalhadora é a nossa agenda, a nossa pauta, a nossa luta permanente, histórica e diária.

* PRESIDENTE DA CUT

COMO ESCREVER: Entre os petroleiros, somente sindicalizados podem escrever. Textos devem ser enviados por e-mail (imprensa@sindipetronf.org.br), entre 2.500 e 3.000 caracteres com espaços, sujeitos a edições. Contribuições não assinadas são aceitas desde que o autor se identifique para o Sindipetro-NF — que manterá sigilo sobre a autoria.

EXPEDIENTE

O Nascente é uma publicação semanal do Sindipetro-NF (Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense). Opiniões emitidas em textos assinados não refletem, necessariamente, a opinião do sindicato.

Tiragem desta edição 4.000 exemplares

Depto de Comunicação

Diretores: Francisco José, Marcelo Nunes e Rafael Crespo. Profissionais: Alvaro Marcos, Douglas Santana, Fernanda Viseu, Glauber Barreto, Juliana Maciel, Luciana

Fonseca e Vitor Menezes.

Edição e Redação

Fernanda Viseu (MTB17877)

Sindipetro NF

Endereço: Macaé, Rua Tenente Lúcio Lopez Ribeiro, 257, CEP 27210-340 (Canoa Macaé/RJ) Tel. (22) 2785-9550 - Endereço Campos: Av. 28 de Março, 485 - Campos/RJ - Tel. (22) 2737-4700 / 27330770 / 27345169.

Diretoria Colegiada

Alexsandro de Souza Trindade, Alexandre de Oliveira Vieira, André de Lima Coutinho,

Antonio Alves da Silva, Antônio Carlos Manhães de Abreu, Antonio Carlos Pereira, Antônio Raimundo Teles Santos, Benes Oliveira Neves Junior, Claudio Rodrigues Nunes, Conceição de Maria Pereira Alves Rosa, Eider Cotrim Moreira de Siqueira, Everson Cardoso Junior, Flávio de Carvalho Borges, Francisco Antônio de Oliveira Santos da Silva, Francisco José de Oliveira, Guilherme Cordeiro Fonseca, Jancieleide Rocha Morgado, José Maria Ferreira Rangel, Leonardo da Silva Ferreira,

Luiz Carlos Mendonça de Souza, Marcelo Nunes Coutinho, Norton Cardoso Almeida, Rafael Crespo Rangel Barcellos, Rosângela Buzanelli Torres, Sergio Borges Cordeiro, Tadeu de Brito Oliveira Porto, Tezou Freitas Bezerra, Valdíck Sousa de Oliveira e Wilson de Oliveira Reis.

NF na Internet: sindipetronf.org.br / radionf.org.br / e redes sociais Facebook, Instagram e Twitter. O Nascente acenuta Petrobrás. Saiba o motivo em bit.ly/129o12b

Petrobrás

Pensamento entreguista vai dominar

Para NF, categoria petroleira deve combater esse pensamento e defender a Petrobras como mola do desenvolvimento

Insegurança

Uma mancha na Bacia

O movimento sindical petroleiro está acompanhando de perto as mudanças que vem sendo feitas na direção da Petrobras, com a finalidade de privatizar e desmantelar uma das maiores empresas brasileiras responsáveis pelo desenvolvimento do país.

Durante a posse no dia 3 de janeiro na Petrobrás, o novo presidente da empresa Roberto Castello Branco deixou clara sua intenção à frente da estatal. Disse que pretende manter a política de preços do Temer e de Pedro Parente, o que demonstra que o preço da gasolina vai continuar subindo e que o papel social da empresa é dar retorno aos acionistas.

Sobre o parque do refino, Castello Branco disse não concordar que a empresa tenha monopólio do refino, suposto por ele, esquecendo que o chamado monopólio estatal da Petrobras não existe desde 1997 e que qualquer empresa do mundo poderia ter construído refinarias no Brasil.

O economista do Dieese Iderlei Cararine explica que "com as descobertas e investimentos realizados durante a última década o Brasil já pode realizar uma política soberana de preços com lucratividade da sua empresa estatal e sem ter que se submeter aos controles e especulações do mercado financeiro".

Essa semana também começou a substituição da diretoria da empresa. Todos que fizeram parte da direção na época de Aidesir Bendine foram dispensados. Por outro lado foram nomeados Rudimar Lorenzatto para a diretoria de Desenvolvimento da Produção & Tecnologia; Anelise Quintão Lara para a diretoria de Refino e Gás Natural, Lauro Cotta para a de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão e do ex-secretário do Dório, Cláudio Costa para a Gerência Executiva de Recursos Humanos. Lauro Cotta inclusive vem da iniciativa privada, é ex presidente da Supergasbras, uma das distribuidoras de gás que mais lucrou com a disparada nos preços dos botijões de gás, que enriqueceu os seus acionistas e fez a população mais carente voltar a cozinhar a lenha.

Na visão do Sindipetro-NF, uma direção alinhada com o pensamento entreguista que irá privilegiar os interesses financeiros do mercado internacional.

De acordo com o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a mancha de óleo no mar proveniente de um vazamento no FPSO Rio de Janeiro chegou a medir pelo menos 38 quilômetros de extensão por 20 metros de largura. Após atividades de contenção, a Petrobrás informou que ela foi reduzida para 6 km.

Estima-se que o volume total vazado tenha sido de aproximadamente 4,9 m3. Os danos ambientais desse vazamento ainda não foram dimensionados mas segundo a Coordenação do IBAMA não há indicativo de chegada de óleo nas praias da região.

Vazamento

O vazamento aconteceu na sexta, 4 de janeiro, a partir de um furo no casco da plataforma. O FPSO Cidade do Rio de Janeiro se encontra fundeado no campo de Espadarte, na Bacia de Campos. É afretada pela Petrobrás e operada pela Modoc do Brasil e se encontra com a produção interrompida desde julho de 2018 para processo de



Sobrevoo - vazamento FPSO Cidade do Rio de Janeiro no dia 4 de janeiro

descomissionamento (desativação da unidade).

Segundo a Petrobrás, um Plano de Emergência foi imediatamente acionado pelas empresas e medidas de controle da situação foram tomadas, cessando o vazamento. Os órgãos reguladores foram devidamente informados.

O cenário reforça as mazelas do afretamento e da ter-

cerização, que geram redução na segurança, tendo em vista que a fiscalização para a manutenção se torna mais difícil. Com isso, os trabalhadores que além de não terem condições mínimas de segurança para trabalhar ficam a mercê das empresas estrangeiras que não fazem o mínimo esforço para cumprir as leis e normas de segurança vigentes no Brasil

Resolução 23

Consequências para a AMS

No dia 26 de janeiro completa um ano que saiu a Resolução 23 da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União). Essa medida apresenta as recomendações do governo federal para inviabilizar os programas de saúde das estatais federais. Mais um golpe contra os direitos sociais, porque tira direitos dos trabalhadores, inclusive dos aposentados.

No caso dos trabalhadores da Petrobrás, a Assistência Multidisciplinar de Saúde - AMS só existe porque está prevista no Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados. É um programa

autogerido, administrado pela companhia e não por uma empresa de plano de saúde. É uma conquista da categoria e resultado do elevado índice de adocionamentos e acidentes na indústria do petróleo. O ACT atual é válido até 31 de agosto de 2019.

No dia 26 de setembro de 2018, as entidades representativas dos trabalhadores das estatais federais, inclusive a FUP, apresentaram denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT) contra as resoluções CGPAR e seus impactos negativos nas autogestões de saúde. A denúncia foi encaminhada à Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

Em novembro, deputados aprovaram um projeto de lei que susta os efeitos da resolução 23 e que irá tramitar na Comissão de Constituição e Justiça. Nesse novo governo é importante os trabalhadores das estatais continuarem mobilizados.

O que determina a resolução 23? - Acabar com a AMS para quem se aposentar e novos empregados. - Limitar o custeio, pela Petrobrás - Paridade no Custeio - Proibição de AMS para aposentados - Cobrança por Faixa Etária - Restrição de Dependentes